

# A utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e o papel da educação ambiental

## USE OF CULTURE AS ECONOMIC DEVELOPMENT TOOL AND THE ROLE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION

\* Dionis Mauri Penning Blank

\*\* Claire Morrone Parfitt

**Resumo:** Fenômenos como a culturalização das cidades contemporâneas e a mercantilização do patrimônio cultural são temas atuais que necessitam de maior exploração e compreensão. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho de pesquisa foi apresentar a educação ambiental, traduzida nos ideais de um cidadão ecológico capaz de identificar, problematizar e agir, como solução para o enfrentamento desses fenômenos e dos seus efeitos negativos, como a singularidade, a perda da memória local e a gentrificação. O patrimônio ocupa uma posição privilegiada nas configurações da legitimidade cultural, nas reflexões sobre identidade e nas políticas de vínculo social. Nas sociedades de consumo e de cultura de massa, o uso do patrimônio, a sua interpretação e até mesmo a sua simulação passam a ser instrumentos de desenvolvimento local e nacional. Consequentemente, revela-se a educação ambiental como uma ferramenta capaz de propiciar a adequada utilização da cultura como instrumento de revitalização urbana.

**Palavras-chave:** Cidade; Culturalização; Educação ambiental; Memória; Mercantilização; Patrimônio cultural.

**Abstract:** Phenomena like the culturalization of contemporary cities and the mercantilism of cultural heritage are current issues that require further exploration and understanding. Thus, the objective of this research work was to present the environmental education, translated in the ideals of an ecological citizen able to identify, discuss and act as a solution for addressing these phenomena and its negative effects, such as uniqueness, loss local memory and gentrification. The property occupies a privileged position in the settings of cultural legitimacy, in the reflections on identity and the social bond policies. In societies of consumption and mass culture, the use of heritage, its interpretation and even your simulation are to be local development instruments and national. Consequently,

\* Professor Adjunto no Curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Pelotas/RS e Assessor de Juiz de Direito no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul Bacharel em Direito, Especialista em Direito Ambiental, Mestre em Ciências e em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: dionisblank@gmail.com

\*\* Professora Adjunta no Curso de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pelotas. Bacharel em Arquitetura, Mestre e Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: claremparfitt@gmail.com

environmental education is revealed as a tool capable of providing the proper use of culture as urban revitalization instrument.

**Keywords:** City; Culturalization; Environmental education; Memory; Mercantilism; Cultural heritage.

## INTRODUÇÃO

A culturalização da cidade, ou seja, a cultura usada como um instrumento de *marketing* urbano que busca a revitalização da cidade para sua inserção no mercado competitivo cultural e turístico, e a mercantilização do patrimônio, isto é, o patrimônio em seus aspectos artístico, estético, identitário e étnico que é desprezado em prol de uma visão econômica que o converte em um cenário espetacular, revelam uma crise na noção de cidade: “[...] preservar o antigo ou construir o novo?” (JACQUES, 2003, p. 33).

Segundo Costa e Scarlato (2009), a sociedade brasileira se encontra em uma fase de cenarização progressiva do patrimônio, vivida a partir da década de 1990 e não superada, em que o patrimônio perdeu seu sentido tradicional, a identidade, a significação da memória, ficando destituído de conteúdo social e histórico coletivo pela atuação “imperialista” do Estado na cidade: a mercadoria sobre a cultura (a valorização unicamente capitalista acerca da paisagem urbana histórica).

Nessa ótica, o processo urbano é fortemente dependente da cultura, ou seja, de políticas culturais que relativizem o discurso a respeito da preservação e da destruição, primando pelo coletivo, com maior participação popular. Todavia, à medida que se ingressa no debate, é ausente a participação da população. Embora existam instrumentos como o Estatuto da Cidade e a Gestão Democrática e Participativa, os espaços urbanos são tomados por intervenções econômicas e políticas casuísticas que promovem e vendem uma imagem da cidade, uma marca, a qual é cada vez mais padronizada mundialmente: a cidade passou a ser um espetáculo a ser explorado.

Por outro lado, dentro de uma perspectiva histórica, o amadurecimento da concepção ambiental da cidade tem apresentado grandes contribuições para a tomada de consciência nos diversos planos das relações políticas e societárias. Diante dos inúmeros desafios apresentados pela atualidade, aparece com destaque o enfoque da mercantilização do patrimônio como consequência da evolução social, de acordo com Prats (2006), sem esquecer-se de que o patrimônio cultural serve como recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais, consoante García Canclini (1999).

Nessa linha de raciocínio, de acordo com Jacobi (2003, p. 190): “A reflexão sobre as práticas sociais [...] envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental”. Segundo o autor, a

educação voltada para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar o cidadão para transformar os diversos modos de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação.

Sendo assim, cuida este estudo de analisar o uso da cultura como uma espécie de instrumento de desenvolvimento econômico, identificando a educação ambiental como pedagogia de ação e a nomeando como ferramenta para o enfrentamento da culturalização das cidades contemporâneas e da mercantilização do patrimônio. Para o adequado atendimento da proposta, adotou-se a técnica de pesquisa bibliográfica e os métodos de abordagem dedutivo e de procedimento monográfico.

## 1 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Conforme Jacques (2003), o patrimônio cultural urbano é tratado com tamanha naturalidade, parecendo que sua conservação é um mecanismo de defesa próprio, independente da ação da sociedade. Essa “naturalização”, no campo conceitual, entretanto, afastar-se-ia dos procedimentos técnicos e práticos de intervenção e preservação dos patrimônios urbanos.

De qualquer sorte, construiu-se um hipotético consenso entre os discursos teóricos, práticos, institucionais e políticos sobre a salvaguarda como prioridade da gestão urbana nesse processo de verdadeira culturalização das cidades contemporâneas e de mercantilização do patrimônio, caracterizados, essencialmente, pela relação inversamente proporcional entre a produção cultural e a participação popular. Nesse passo, Jacques (2003) questiona: o que são precisamente os patrimônios urbanos ou os ambientes culturais contemporâneos? Ademais, em que medida deve ocorrer a preservação, tendo em vista que a cultura é utilizada como estratégia de novos projetos de revitalização urbana?

Demais, quais os interesses defendidos com a cobertura, especialmente jurídica, desse patrimônio, visto que a proposta atualmente dominante dessas políticas de recuperação de áreas centrais degradadas baseia-se na suposta necessidade de transformação das cidades em favor da valorização econômica, incluindo o gerenciamento empresarial dos espaços públicos no lugar do convívio dos cidadãos de forma partilhada e, certamente, o descompromisso com as áreas urbanas miseráveis, nas quais persistirá a segregação e o controle

repressivo? A contribuição legal será na direção de legitimar os choques de ordem firmados pelo caráter mercantil e autoritário das operações de gentrificação?

Enfim, esse novo modelo de planejamento urbano, focalizando um modelo internacional extremamente homogeneizador, de maneira geral, imposto, singularizando as cidades, pode ser concebido, de fato, como correto?

O modelo de gestão patrimonial mundial segue uma lógica de homogeneização já formatada: ao preservar áreas históricas, de forte importância cultural local, bem como normas de intervenção internacionais que não são pensadas nem adaptadas de acordo com as singularidades locais. A memória da cultura local que inicialmente deveria ser preservada perde-se criando-se em seu lugar grandes cenários, muitas vezes turísticos.

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado *marketing urbano* imponha-se cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos (VAINER, 2000, p. 78).

Pode ser encarado como um desafio constante a instauração de políticas participativas que engendrem no homem o interesse pelo patrimônio como ferramenta para a obtenção da justiça social. Compreender o patrimônio de maneira plural auxilia na formação de uma sociedade mais suscetível à diversidade e de um cidadão mais crítico, diminuindo a possibilidade de manipulação do passado e de constituição de memórias específicas e regionalizadas implantadas.

A patrimonialização, nessa direção, pode ser descrita como um trabalho memorial das diversas culturas, devendo ter como inquietação principal a garantia de que os conhecimentos culturais de um grupo ou de uma comunidade sejam transmitidos e recriados entre as gerações, acarretando um sentimento de continuidade e identidade.

[...] os processos de patrimonialização são eminentes aos referentes e às memórias, sejam essas de comunidades, nações, ou do mundo como um todo, tais processos precisam ser enquadrados não apenas através de

normativas, como forma de gestão, mas também por meio de outras estratégias de ação e captação desses valores. Isso possibilita que cada caso de patrimonialização seja analisado especificamente, e que se busque considerar a identidade das comunidades, além de dar subsídio a essas, para que tenham no patrimônio uma forma de subsistência próxima de suas origens, tradições e, assim, de sua memória (REIS; ALBERNAZ, 2014, p. 9).

Ainda, constata-se que a composição do patrimônio é regida pelo dinamismo das memórias, seguindo a formação das identidades e sendo influenciado por estratégias de poder que, em muitas oportunidades, culminam em sua manipulação. Na maior parte das situações, a própria população local é expulsa do lugar de intervenção pelo processo de gentrificação, o qual se constitui na retirada de moradores mais pobres de áreas de intervenção urbanística que passam, após a concretização das referidas intervenções, a ser espaço não somente de atividades econômicas diversificadas, mas também de moradia para setores populacionais das classes médias.

Dessa maneira, esse modelo acaba tornando todas as áreas, em diferentes países, de culturas diversas, cada vez mais semelhantes entre si. Pode-se dizer que se cuida de um processo de museificação urbana em escala global, justificado, equivocadamente, por sua eficiência, pelo retorno de investimentos públicos e pela diminuição do desemprego. Contudo, na verdade, não há respaldo científico hábil a justificar quaisquer desses argumentos.

Por essas razões, esta pesquisa visa a contribuir quanto ao debate da culturalização das cidades contemporâneas e da mercantilização do patrimônio, esclarecendo que o efeito interno provocado por esses processos, embora pareçam uma construção de ampla adesão social a um determinado modelo de gestão e administração da cidade, são, de fato, uma contradição recorrente entre o valor de uso que a cidade representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ela se apresenta para aqueles interessados em extrair dela lucros cada vez mais significativos, segundo muito bem elucidam Arantes, Vainer e Maricato (2000).

A historiadora Choay (2006, p. 211) faz insuperável apontamento:

Por sua vez, os monumentos e patrimônios históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à ‘engenharia cultural’, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de

animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.

O culturalismo de mercado e a mercantilização do patrimônio se vinculam à ineficiência das políticas públicas, relativas à memória e ao patrimônio, especialmente no tocante à ampliação dos valores agregados aos bens culturais, sendo indispensável a requalificação dos espaços das cidades, a fim de valorizar as suas potencialidades, e, em termos legais, franquear a vinculação dos direitos sociais e culturais na prática da revitalização urbana.

## 2 CULTURALISMO E MERCANTILIZAÇÃO

De acordo com Costa e Scarlato (2009), consoante citado acima, o patrimônio cultural brasileiro se encontra em uma fase de cenarização progressiva do patrimônio, isto é, os modos operacionais transformaram o lugar, a cultura, a memória, a organização da sociedade e as condições de vida das populações locais dando a impressão de que a nova centralidade da cultura é econômica.

Explica a historiadora Choay (2006) que contrastar as cidades do passado às cidades do presente não significaria querer conservar as primeiras: a história das doutrinas que tratam acerca do urbanismo, e de suas aplicações concretas, não se confundiriam com a invenção do patrimônio urbano histórico e de sua preservação. Para a acatada autora (CHOAY, 2006, p. 179):

Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual.

Em determinado momento, os problemas suscitados pela difusão da cultura, cunhada a partir de 1960, precipitam uma mudança semântica, conforme esclarecem Arantes, Vainer e Maricato (2000): os museus consagram essa mudança, antes dos monumentos; a cultura perde seu caráter de realização pessoal, torna-se empresa e logo indústria; a abordagem

culturalista dos anos 60 se torna um “culturalismo de mercado”, em que tudo o que se refere à cultura se torna mercadoria. Nessa metamorfose, a cultura se torna o grande negócio da cidade-mercadoria, e essa se torna cada vez mais espetacular. Há que se considerar, de acordo com os autores, portanto, dois pontos de inflexão no que se refere à cultura: o primeiro, que remete à revitalização associada à memória, ao patrimônio e a demandas locais; e o segundo, que remete à mercantilização, à globalização e à espetacularização da cidade e da cultura.

Hoje, há um momento de crise da própria noção de cidade, que se torna visível principalmente através das ideias de não-cidade: seja por congelamento - cidade-museu e patrimonialização desenfreada -, seja por difusão - cidade genérica e urbanização generalizada. Essas duas correntes do pensamento urbano contemporâneo, apesar de aparentemente antagônicas, tendem a um resultado bem semelhante: a ‘espetacularização’ das cidades contemporâneas. (JACQUES, 2003, p. 33).

O patrimônio ocupa, atualmente, uma posição privilegiada nas configurações da legitimidade cultural, nas reflexões sobre identidade e nas políticas de vínculo social. Nas sociedades de consumo e de cultura de massa, o uso do patrimônio, sua interpretação, até mesmo sua simulação, passam por ser o instrumento de um desenvolvimento local ou nacional, em especial, em função do turismo e das práticas mercantis do saber e do lazer, segundo Poulot (2009). Por essas razões, o patrimônio tornou-se o objeto de uma “cruzada popular”, de acordo com a expressão forjada por Lowenthal (2006).

Segundo demonstra Vaz (2004), nas últimas décadas, foram inúmeros os planos, projetos e intervenções urbanas nos quais a cultura se destacou como fator principal e cujos resultados podem ser observados desde a escala local, de pequenos quarteirões até a escala regional, abrangendo várias cidades. No campo do planejamento urbano e do urbanismo emergiram novos termos e expressões que retratam essa importância: “lugares” e “territórios culturais”, “polos” e “distritos culturais”, “engenharia cultural” (HAUMONT, 1996), “*cultural planning*” (EVANS, 2001), “*planificación cultural*” (WERWIJNEM, 2000), “regeneração cultural” (WANSBOROUGH; MAGEEAN, 2000), “culturalização da cidade” (MEYER, 1999; HAUSSERMANN, 2000), entre outros.



Por certo, a perspectiva integradora das políticas em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e do incremento de atividades turísticas tem resultado em experiências positivas no sentido da promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável. As cartas patrimoniais dedicadas ao assunto asseveram a urgência das políticas públicas nesses três campos, considerados estratégicos para a preservação dos bens naturais e culturais, e sua respectiva manutenção. A integração simultânea dessas áreas pode vir a corroborar a reafirmação de códigos visuais das identidades cívicas, patrióticas ou étnicas, na medida em que consiga agregar a população residente ao “legado vivo” da história de sua cidade ou região. Para tanto, faz-se imperiosa a adoção de políticas patrimoniais pluralistas, capazes de valorizar a diversidade ambiental, as heterogeneidades culturais e as múltiplas identidades, de modo a promover a convivência harmoniosa entre o homem e o meio, e ainda, garantir a inclusão social dos cidadãos. (PELEGRINI, 2006, p. 124).

Por sua vez, convém não esquecer que o espaço socialmente produzido a partir das determinações do modo de produção estrutura-se e é modificado pela ação dos sujeitos históricos, ação que envolve interesses e conflitos entre grupos, classes e frações de classe, pois o entendimento da reprodução social no espaço urbano implica a análise das experiências que se potencializam na superação de uma prática cotidiana homogeneizada pelas relações da sociedade moderna que manifesta, como uma de suas principais características, a transformação dos indivíduos, em ritmo cada vez mais intenso, em usuários, o que leva à supremacia dos objetos em relação aos sujeitos, nos termos de Marx (1975).

Dessa maneira, efetivamente, o espaço é cada vez mais transformado em mercadoria. Não uma mercadoria meramente articulada ao universo das necessidades imediatas, todavia uma mercadoria que é, ao mesmo tempo, estratégia e política, na medida em que o espaço é o *locus* e meio de poder, segundo evidencia Lefèbvre (2008).

Nesse particular, a transformação das cidades em mercadoria, ingrediente essencial e, ao mesmo tempo, emblemático da chamada globalização, tem como um dos elementos centrais o próprio processo de mercantilização da cultura e, nesse processo, destaca-se o papel representado pelas estratégias de *marketing* relativas ao patrimônio cultural, conforme apresenta Coutinho (2009).

Os projetos de planejamento urbano estratégico preocupam-se com a produção de uma imagem singular das cidades, imagem, de marca, que seria

resultado de uma cultura típica, da identidade cultural da cidade. Mas, paradoxalmente, tais imagens de marca de cidades distintas são cada vez mais assemelhadas, contradição que deriva da necessidade das cidades seguirem um modelo internacional agudamente homogeneizador, imposto, em especial, pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos urbanos.

Em breves palavras, a exigência é a de um espaço urbano dotado de padrão mundial, pretensão que vale para torneios esportivos de grande porte (Olimpíadas, Copa do Mundo de Futebol etc.), festivais, carnaval etc. Aliás, como já ocorrem com os espaços padronizados das cadeias de hotéis internacionais, aeroportos, redes de *fast food*, *shopping centers* e parques temáticos.

Dentro desse contexto, os centros históricos das cidades mais adensadas abandonam o caráter público dos seus bens patrimoniais para colocá-los no mercado. Embora seja positiva a iniciativa destes projetos em transformar muitos espaços privados (mercados, ruas, galerias, jardins, igrejas) em espaços coletivos, o que tem ocorrido nas cidades brasileiras é a conversão dos tradicionais espaços públicos em espaços coletivos privados, acessíveis apenas mediante o poder aquisitivo de determinados grupos sociais. (PAES-LUCHIARI, 2006, p. 54).

Na verdade, nesses processos de renovação urbana de áreas centrais, a exemplo do que ocorreu no projeto dito de revitalização do Centro Histórico de Salvador (Pelourinho), o que acontece é a conjugação do propósito de valorização do solo em determinadas áreas de interesse imobiliário e a delimitação de fronteiras de classe, mediante intervenções espaciais efetuadas pelo poder público. Ao mencionar a reestruturação espacial da qual a gentrificação faz parte, Sánchez (2003) a define como um processo sistemático do desenvolvimento urbano do capitalismo tardio, que encontra na diferenciação do espaço um meio para sua própria sobrevivência.

A título de exemplo, Vieira (2006), referindo-se à revitalização do Pelourinho, aduz que o projeto esvaziou o sítio histórico ao expulsar seus habitantes e suas respectivas práticas cotidianas populares, substituindo-as por simulacros culturais turísticos. Segundo a autora, o antigo centro, tombado pela UNESCO, como patrimônio mundial da humanidade, foi restaurado durante anos, por intermédio de um processo de patrimonialização (restauração de fachadas, do espaço público, etc.) de mudanças de uso de gentrificação,

com a remoção de mais de duas mil famílias, para dar lugar a restaurantes, bares e lojas de *souvenirs*.

Enfim, os novos espaços produzidos pelas ações de revitalização urbana, lastreados no fortalecimento das políticas de comunicação e suas relações com a esfera cultural e interesses localizados integram projetos de cidade que reforçam o modelo de urbanização dominante nas formações sociais do capitalismo periférico e as significativas e sistemáticas utilizações do mercado dos bens culturais, no que pode ser denominado de renascimento urbano (mercantilização espetacular das cidades contemporâneas), não constituem efeitos colaterais de um período de transição econômica, mas estão enraizadas na reestruturação produtiva da sociedade capitalista.

### 3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO AÇÃO TRANSFORMADORA

Notam Sparemberger e Pazzini (2011, p. 149-150) que:

Diante da diversidade cultural e social brasileira, bem como do processo de globalização, é necessário rever paradigmas e construir novos saberes que possibilitem a instauração de novos direitos, porque, tanto a educação quanto os saberes ambientais, são entendidos como processos em construção, que se fazem à medida que os indivíduos vão compreendendo a realidade em que vivem.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001), ao analisar as condições cambiantes da vida social e política, por intermédio de uma sociologia humanística, realça o fato da sociedade de risco mostrar, como característica preponderante na pós-modernidade, o caráter líquido dos conceitos tidos como clássicos. Dessa maneira, tudo que parecia ser bem fundamentado, firme e incontestável passa a se dissipar, alastrando incertezas e inseguranças por todos os ramos do conhecimento, inclusive no Direito.

Fazendo uma investigação do tratamento dos riscos, Marie-Angèle Hermitte (2006) destaca que todas as sociedades têm conhecimento dos perigos que as ameaçam e procuram evitá-los por meio de práticas mágicas, preces ou sistemas técnicos: a estratégia escolhida que consiste em evitar o perigo é a marca de uma relação com o risco. Segundo ela, entre o fim do século XVII e o início do século XIX, as sociedades ocidentais descartaram as

explicações mágicas e religiosas para iniciar a pesquisa científica das causas dos males que as ameaçavam.

O contexto demonstra que o sistema científico de explicação dos danos se incluiu na mentalidade contemporânea dos países desenvolvidos, constituindo a relação com o risco que lhes é própria; e quando, no século XIX, a sociedade industrial se envolvia em experimentação generalizada produtiva de novos riscos, procurava, incansavelmente, as causas para recorrer à prevenção dos riscos que decorriam dela, uma vez comprovada a ligação entre uma causa e um efeito. A pesquisa dessas ligações esclareceu o desenvolvimento da prevenção, as transformações da responsabilidade e a expansão da segurança.

Os riscos da sociedade de risco, os novos riscos, têm como principal característica sua origem, ou seja, a tomada de decisão: a transformação de incertezas em decisões com efeitos globais. Ao contrário dos velhos riscos, os quais consistiam em efeitos colaterais do processo de industrialização, hoje, eles são centrais e estruturais à sociedade. Antes, as decisões eram tomadas com base em normas fixas de calculabilidade, ligando meios e fins ou causas e efeitos. Após a percepção social dos novos riscos a ciência perdeu seu *status* de infalível e os critérios e métodos científicos começaram a ser contestados. [...]. Portanto, a ciência e a técnica passaram a ser postas em dúvida. (HENKES, 2008, p. 165).

Na modernidade, a tradição deixa de ser fonte orientadora das ações humanas. A descontinuidade entre a modernidade e a ordem social tradicional abrange o que Giddens (1994) denomina de ritmo de mudança, espaço da mudança e natureza intrínseca das instituições modernas. Isso significa que, se a modernidade permitiu aos homens uma vida mais segura e com infindáveis possibilidades de desenvolvimento tecnológico, permitiu também um maior potencial destrutivo do meio ambiente.

De acordo com o sociólogo alemão Ulrich Beck (1986), principal referência acerca da teoria da sociedade de risco, o risco é escorregadio, invisível e a sua composição é futura. O risco tem dimensões não materiais que escapam à possibilidade de compreensão da ciência. Ademais, o risco tem uma potencialidade de destruição a longo prazo e uma tendência à universalização, globalizando-se para além de qualquer classe social. O risco existe para todos, independentemente do pertencimento de classe. O que diferencia a exposição ao risco são as condições materiais dos indivíduos de criarem estratégias contra as ameaças.

Sparemberger e Rammê (2011, p. 4) destacam os posicionamentos de Beck e Giddens sobre o risco:

Para Beck (1997), assim como para Giddens (1991), o conceito de risco está diretamente relacionado ao conceito de modernidade reflexiva. Riscos, diz Beck (1997), são formas sistemáticas de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pelo próprio processo de modernização. Esses novos riscos são riscos fabricados, na terminologia de Giddens (1991). Claro que havia riscos anteriormente. Mas, os riscos de antigamente eram riscos pessoais. Por isso mesmo gerou-se a conotação de aventura e ousadia. Já os riscos na sociedade reflexiva extrapolam as realidades individuais e até mesmo as fronteiras territoriais e temporais. Produzidos numa região podem afetar, e continuamente o fazem, outras regiões. São riscos que extrapolam também as fronteiras temporais: não apenas nós, mas as gerações futuras estão em risco.

A sociedade de risco, não obstante seu caráter negativo, oferece à sociedade de modo geral e ao poder público a oportunidade de refletir sobre a forma de vida que estão projetando para as presentes e futuras gerações, considerando a intervenção descontrolada sobre o meio ambiente. A modernidade não conseguiu resolver, de forma satisfatória, as questões que afligem a sociedade. No estágio em que se encontra atualmente a sociedade, os riscos representam o agravamento das ameaças, sendo um momento crucial para a humanidade, no qual terá que se decidir sobre o estilo de vida das gerações presentes e o que se pretende legar às futuras gerações.

Silva (2002, p. 2) salienta que:

Com efeito, a politização do debate que envolve a interação do homem com a natureza, a transformação da natureza pela ação humana, e a consequente transformação das relações estabelecidas dos homens entre si, constitui um dos pilares para a formação e consolidação de espaços democráticos, de ampliação da cidadania, e por extensão, da construção de alicerces rumo a uma sociedade sustentável. A educação ambiental não deve ser concebida como panaceia para resolução dessa problemática, constitui, sim, num valioso instrumento para a construção de uma sociedade sustentável.

A percepção e conscientização dos graves problemas que afligem hoje a humanidade, com destaque aqui para os decorrentes da ilimitada expansão das forças produtivas, que geram desequilíbrios ecossistêmicos e agridem o meio ambiente como um todo é, sem dúvida, uma questão maior a ser

equacionada no debate sobre políticas públicas, notadamente o processo educacional – com suas diferentes visões e projetos de sociedade, deve permear esse debate, no sentido de aprofundar adequadamente as raízes dessa problemática e apontar caminhos para a sua superação.

Para Pelegrini (2006, p. 136):

A focalização das políticas públicas, em síntese, pode apresentar um conjunto de medidas assentadas num tripé fundamental, qual seja a recuperação física da área degradada, a revitalização funcional urbana e a otimização da gestão ambiental local. Dessa maneira, torna-se viável a promoção do desenvolvimento sustentável e a inclusão da população, a quem de direito pertence o patrimônio cultural e natural.

É preciso, sobretudo, a mobilização, o pôr a ação em movimento, mesmo que o processo de conhecimento da complexidade das interações entre meio ambiente e sociedade seja revelador de novas facetas da realidade, podendo tornar-se um meio de denunciar o que está oculto. É indispensável ultrapassar a perspectiva da simples denúncia ou da mera constatação de fatos, do contrário permanecer-se-á em um posicionamento meramente contemplativo, ainda que “crítico”. Por isso, torna-se imperativa a necessidade de que haja não apenas um compromisso com a transformação social, mas a vivência efetiva de ações transformadoras concretamente, nos termos de Freire (1997) e De Bastos e Saito (2000).

À medida que se observa cada vez mais dificuldade de manter-se a qualidade de vida nas cidades e regiões, é preciso fortalecer a importância de garantir padrões ambientais adequados e estimular uma crescente consciência ambiental, centrada no exercício da cidadania e na reformulação de valores éticos e morais, individuais e coletivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável.

A educação ambiental, como componente de uma cidadania abrangente, está ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade. (JACOBI, 2003, p. 200).

Por conseguinte, revela-se a educação ambiental, com suas diversas alternativas, como ferramenta de combate à culturalização da cidade e à mercantilização espetacular do patrimônio, com o objetivo de atacar a perda

da memória local, a intervenção urbanística desarrazoada e a visão singular da cidade e do patrimônio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Costa (2009, p. 3) refere que “[...] a cidade representa um lugar artificial da história”, relatando uma dialética constante entre a manutenção e a transformação do patrimônio. No entanto, a crise da noção de cidade, presente no pensamento urbano contemporâneo, reflete a espetacularização das cidades contemporâneas, em que o modelo de gestão patrimonial segue normas não adaptadas às particularidades locais, transformando lugares, com diferentes culturas, em uma paisagem homogeneizada.

É preciso compreender que houve a modificação do perfil das cidades contemporâneas decorrente da culturalização e mercantilização do patrimônio. O patrimônio das cidades passou a ser explorado como um instrumento de desenvolvimento econômico, especialmente pelas práticas de lazer, de saber e de turismo. Todavia, a mercadoria em que se transformou o espaço não reproduz as necessidades da população, porque são resultado da intervenção da política e do poder, especialmente com base em estratégias de *marketing* do patrimônio cultural.

A busca da identidade cultural da cidade, no sentido de um caráter homogeneizado, mostra-se uma estratégia derrotada. A exigência de um espaço urbano dotado de padrão mundial revela a reestruturação produtiva da sociedade capitalista que busca o fortalecimento da exploração do mercado dos bens culturais à custa da quebra das identidade e memória locais, sem uma política patrimonial pluralista, capaz de levar em consideração a diversidade ambiental.

Consequentemente, a educação ambiental deve ser interpretada como um instrumento capaz de combater a transformação do espaço urbano em mercadoria, capaz de reduzir e impedir, efetivamente, a contradição entre o valor de uso da cidade e o seu valor de troca, mantendo a memória da cultura local e afastando a singularidade e a gentrificação, bem como deve ser interpretada como elo possível para a implementação de políticas públicas plurais que estimulem a promoção do desenvolvimento sustentável e que sejam inclusivas da população, a qual detém a titularidade do patrimônio.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1986.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

COSTA, Everaldo Batista. Patrimônio, território e memória: da preservação ao significado das cidades. In: SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL: CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO NO SÉCULO XXI (300 ANOS DA VILAS MINEIRAS), 5., 2009, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: FAOP, 2009. Disponível em: <<http://www.faop.mg.gov.br/images/Texto%20Everaldo%20Batista%20da%20Costa.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

COSTA, Everaldo Batista; SCARLATO, Francisco Capuano. As fases de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valorização da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil. *OLAM: Ciência e Tecnologia*, Rio Claro, ano 9, v. 9, n. 1, p. 7-47, jan./jul. 2009.

COUTINHO, Ronaldo. Mercado cultural e proteção jurídica do patrimônio cultural urbano. In: AHMED, Flávio; COUTINHO, Ronaldo (Org.). **Patrimônio cultural e sua tutela jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009. p. 3-19.

DE BASTOS, F. P.; SAITO, C. H. **Abordagem energética na educação ambiental**. Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2000. v. 13.

EVANS, G. **Cultural planning, an urban renaissance?**. London: Routledge, 2001.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación (Org.). **Patrimonio etnológico**: perspectivas de estudio. Sevilla: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, 1999. p. 16-33.

GIDDENS, Anthony. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 21, p. 9-28, jul./dez. 1994.

HAUMONT, A. L'équipement culturel des villes. **Les annales de la recherche urbaine**, n. 70, p. 148-153, 1996.

HAUSSERMANN, H. **Grossstadt**: soziologische stichworte. Opladen: Leske + Budrich Verlag, 2000.

HENKES, Silviana Lúcia. **As decisões político-jurídicas frente à crise hídrica e aos riscos**: lições e contradições de transposição do rio São Francisco. 451 f. 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

HERMITTE, Marie-Angèle. A fundação jurídica de uma sociedade das ciências e das técnicas através das crises e dos riscos. In: VARELLA, Marcelo Dias (Org.). **Direito, sociedade e riscos**: a sociedade contemporânea vista a partir da idéia de risco. Brasília: UniCEUB, 2006. p. 11-12.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 32-39, 2003.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOWENTHAL, David. Why sanctions seldom work: reflections on cultural property nationalism. **International Journal of Cultural Property**, London, v. 12, p. 393-423, 2006.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro I.

MEYER, H. **City and port**: urban planning as a cultural venture in London, Barcelona, New York and Rotterdam: changing relations between public urban space and large-scale infrastructure. Rotterdam: International Books, 1999.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza D. Centro históricos: mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 14, p. 43-58, 2006.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas nas esfera do patrimônio cultural e natural. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, España, n. 58, p. 72-80, may 2006.

REIS, Marina Gowert; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. A mercantilização cultural e o processo participativo de patrimonialização de bens culturais. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, p. 1-10, out. 2014.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SILVA, Alberto Luiz Teixeira. Reflexividade e educação ambiental: bases para uma sociedade sustentável. In: ANPPAS, 1., 2002, Indaiatuba.

**Anais...** Indaiatuba, 2002. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/sociedade\\_do\\_conhecimento/Alberto%20Teixeirada%20Silva.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/Alberto%20Teixeirada%20Silva.pdf)>. Acesso em: 8 fev. 2013.

SPAREMBERGER, Raquel F. L; PAZZINI, B. O ambiente na sociedade de risco: possibilidades e limites do surgimento de uma nova cultura ecológica. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 147-168, jul./dez. 2011.

SPAREMBERGER, Raquel; RAMMÊ, Rogério Santos. Direitos humanos e ecocidadania: ambiente, risco e o despertar do sujeito ecológico. **Revista Direito e Justiça: reflexões sociojurídicas**, v. 11, n. 17, p. 1-12, 2011.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VAZ, Lilian F. A “culturalização” do planejamento e da cidade: novos modelos?. In: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL PLANNING HISTORY SOCIETY, 11., 2004, Barcelona. **Anais...** Barcelona: ETSAV, 2004.

VIEIRA, Marco Estevão de Mesquita. **Distinção, cultura de consumo e gentrificação**: o Centro Cultural Banco do Brasil e o mercado de bens simbólicos. 292 f. 2006. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

WANSBOROUGH, M.; MAGEEAN, A. The role of urban design in cultural regeneration. **Journal of Urban Design**, London, v. 5, n. 2, p. 181-197, 2000.

WERWIJNEN, J. Sobre o planejamento cultural e estratégico: fazer cidade: planos, estratégias e desígnios. In: BRANDÃO, P.; REMESAR, A.

(Org.). **O espaço público e a interdisciplinaridade**. Lisboa: Centro Português de Design, 2000. p. 90-98.

Submetido em: 21/09/2014

Aprovado em: 20/01/2015

**Como citar:** BLANK, Dionis Mauri Penning; PARFITT, Claire Morrone. **A utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e o papel da educação ambiental**. *Scientia Iuris*, Londrina, v.19, n.1, p.105-124, jun.2015.